



:: COMBATE À VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO

Por ocasião da realização, em outubro de 2009, na cidade do Rio de Janeiro, do Fórum Global de Traumas, que contou com a presença de especialistas de trânsito, líderes empresariais e de organizações de classe, foi aprovada, por unanimidade, a criação da Aliança Brasileira para a redução das Vítimas no Trânsito, a ABRAVITA. O citado Fórum foi realizado pela Organização Mundial de Saúde.

A nova entidade surge como organismo coordenador na administração pública para orientar as atividades nacionais sobre segurança viária nos países com altos índices de acidentes.

Pelo que se depreende, a sociedade brasileira está dando mostras de indignação frente a realidade de um trânsito criminoso, cujas estatísticas estarrecem a todos pelo número crescente de mortos e mutilados por desastres de veículos em nossas ruas e estradas. O que constrange a todos é a falta de ação das autoridades estimulando, com isso, a impunidade dos culpados.

A situação do Brasil é péssima e ultrajante, considerando-se o trágico quadro que coloca o país na incomoda posição de quinto maior em número de vítimas fatais decorrentes de desastres em todo mundo. Cada veículo no Brasil mata, em média, 11 vezes mais do que na Inglaterra, oito vezes mais do que na França, seis vezes mais do que nos Estados Unidos, cinco vezes mais que no Japão. Como consequência, mais de 35,1 mil pessoas perdem suas vidas em acidentes com veículos a cada ano. Hoje, 500 mil pessoas são traumatizadas no trânsito brasileiro, entre as quais 5% (2,5 mil) vêm a falecer até 30 dias após o acidente. Computadas as vítimas fatais registradas no local do acidente, o total de mortes chega a 60 mil pessoas por ano.

De conformidade com o relatório divulgado recentemente pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em termos absolutos, o número de mortes no trânsito brasileiro só é inferior ao da Índia (105,7 mil), China (96,6 mil), Estados Unidos (42,6 mil) e Rússia (35,9 mil). Em relação aos Estados Unidos, a posição do Brasil só é melhor em razão da diferença no volume da frota (a brasileira representa pouco mais que 10% do total da frota norte-americana). Porém, quando dividimos os números de mortes por habitantes, as estatísticas nacionais são mais alarmantes: 18 para cada 100 mil habitantes, enquanto a taxa norte-americana é de 13.

Os acidentes nas estradas são a

décima maior causa de mortes no mundo (no Brasil é a segunda, perdendo apenas para os homicídios), matando 1,2 milhão de pessoas por ano. A OMS deu o alarme: uma vez mantido o ritmo de crescimento da violência no trânsito como nos últimos dez anos, dentro de duas décadas serão 2,4 milhões de mortes por ano. Dispostos a evitar esse trágico prognóstico, órgãos do Governo (municipal, estadual e federal) e entidades civis uniram-se no desenvolvimento de programas e campanhas educacionais e de prevenção contra os perigos do trânsito sob diversos aspectos.

São louváveis as campanhas desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, as quais são de âmbito nacional: uma delas é de alerta aos brasileiros sobre a necessidade de trocar a violência e a agressividade no trânsito por valores e princípios éticos e de cidadania; a outra campanha informa sobre o acesso aos benefícios do seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres), realizada pela Seguradora Líder, responsável pela administração do referido seguro.

O coordenador científico da ABRAVITA, Fernando Moreira, esclarece: "Trata-se de uma iniciativa ambiciosa, mas perfeitamente legítima da sociedade brasileira, no sentido de tomar para si a solução de um problema extremamente grave e para o qual o estado não tem apresentado respostas, que é a violência do trânsito." Por outro lado, o consultor em Programas de Trânsito J. Pedro Correa, destaca a falta de vontade política; a inexistência de consciência coletiva sobre a prevenção; a carência de informações sobre a magnitude do problema; a desatenção quanto aos elevados custos médicos, sociais, econômicos e emocionais das ocorrências. E, principalmente, a não adoção de iniciativas eficazes e permanentes capazes de enfrentar, impedir e reduzir sensivelmente esse fenômeno, já caracterizado pela OMS como uma doença social de proporções epidêmicas", conclui.

Esperamos que tais iniciativas sejam portadoras de soluções que possam trazer tranquilidade a uma sociedade perplexa pelo aumento continuado de mortes e mutilações de seres humanos sujeitos aos horrores de um tráfego que não obedece as leis que regem a circulação viária.

(Fonte: O presente editorial teve por base a reportagem publicada na Revista Seguros, edição de outubro, novembro e dezembro de 2009)

:: CRESCIMENTO DO MERCADO

O faturamento do mercado de seguros deve crescer entre 16% e 20% em 2010. A estimativa é do presidente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Armando Vergílio dos Santos, que também prevê um bom desempenho no setor para o ano de 2009. Segundo ele, o mercado que engloba as atividades de seguros, previdência, capitalização e resseguros deve fechar o ano com R\$ 100 bilhões de faturamento este ano, um aumento de 12% em relação ao ano passado. As projeções da Susep não englobam o ramo saúde, visto que este segmento está na área da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A projeção otimista para o próximo ano é baseada nas boas perspectivas para a economia brasileira em 2010, com possibilidades de mercado interno mais aquecido; e bons indicadores nos setores da indústria e do comércio. A previsão de elevação nas vendas em 2009 é menor do que as registradas em anos anteriores. As taxas de crescimento nos anos de 2008 e de 2007 foram de 15% e de 17%, respectivamente. Porém, na avaliação de Santos, a alta projetada no faturamento este ano pode ser considerada um bom resultado. Ele lembrou que, em 2009 a economia

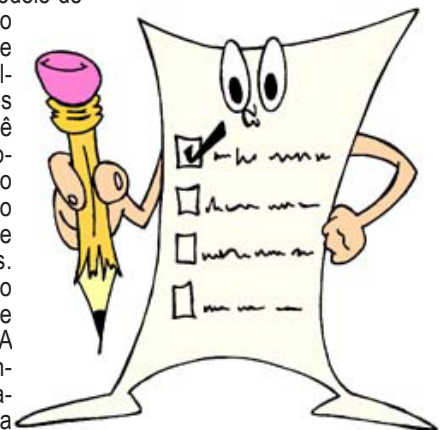
brasileira sofre com o impacto da crise global, cujo período mais agudo foi iniciado em setembro do ano passado. Para Santos, o modelo regulatório do mercado e as regras prudenciais (que visam o controle de risco) de liquidez e solvência garantiram uma "tranquilidade" ao mercado de seguros brasileiro durante a crise. "Obviamente é um saldo positivo", comentou. Em 2009 o setor de resseguros (companhias que fazem o seguro das empresas seguradoras) foi destaque, com 73 resseguradoras e 32 corretoras de resseguro no mercado. Porém, como o mercado ressegurador internacional foi duramente atingido pela crise global no exterior, e os preços praticados no mercado brasileiro ressegurador são baseadas no cenário internacional, não houve como perceber uma redução na taxas praticadas no País este ano. Isso era esperado pela Susep este ano, como uma consequência da abertura do mercado de resseguros em 2008. Antes deste ano, o setor de resseguros era monopólio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), vinculado ao Ministério da Fazenda. "Mas esperamos uma redução nas taxas com certeza no próximo ano", adiantou. (Fonte: Agência Brasil – 11/01/10)

:: PESQUISA CNSEG

CNSeg fará pesquisas para conhecer expectativas dos segurados

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg) colocará em prática, este ano, um plano de ação voltado exclusivamente para a proteção do consumidor. Entre as realizações planejadas estão pesquisas quantitativas que terão o objetivo de mensurar a expectativa do segurado em relação às coberturas contratadas. É possível que seja criado também um modelo de informações sobre cada tipo de produto de pessoas e de danos, com base no resultado apurado nas pesquisas de campo. O plano prevê ainda a execução de programas de conscientização dos consumidores quanto a riscos, à necessidade de seguro e seus benefícios. Outro ponto alto do projeto é a criação de um centro de informação ao consumidor. A realização de grandes eventos voltados para os segurados é outra prioridade para

2010. Destaque para a I Conferência de Proteção ao Consumidor de Seguros, que a CNSeg irão realizar no dia 10 de março, no Rio de Janeiro. Esse encontro marcará a estreia de uma série de eventos programados pela confederação para comemorar os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor. Todos esses encontros ficarão a cargo do Comitê de Relacionamento de Consumo. (Fonte: Segs.com.br – 19/01/10)





:: CRIANÇAS NO TRÂNSITO

Três crianças morrem a cada dia em acidentes no trânsito.

Cerca de 1,2 mil crianças morrem por ano no Brasil vítimas de acidentes no trânsito, o que representa uma média de cem óbitos por mês ou mais de três a cada dia. Segundo o presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), João Elisio Ferraz de Campos, esse dado - apurado pelo Ministério da Saúde - é mais um mostra da falta de uma "cultura de segurança" no Brasil. "A falta dessa cultura explica o número altíssimo de vítimas infantis nos acidentes de trânsito em um país onde ainda muitos motoristas conduzem crianças sem os cuidados mais elementares com segurança", lamenta João Elisio, no blog "Viver Seguro no Trânsito" (viverseguronotransito.org.br).

Ele acrescenta que o tema - a segurança infantil nos veículos em trânsito - chama atenção no ano em que entrará em vigor (a partir de junho) a Resolução 277 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Essa norma estabelece que crianças de até sete anos e meio deverão ser transportadas obrigatoriamente no banco traseiro e em dispositivos de retenção (cadeirinhas). Acima dessa idade, deverão utilizar o cinto de segurança do veículo.

A desobediência resultará em multa de R\$ 137,00 e cinco pontos na CNH. "Precisamos refletir sobre o assunto. Ainda recentemente, as emissoras de TV de Curitiba exibiram duas reportagens que ilustram bem a gravidade do problema: numa delas, uma criança de seis anos de idade morreu num acidente de pequenas proporções, mas ocorreu

no exato momento em que a mãe desatou o cinto de segurança da filha para ajeitar melhor a posição de uma lancheira; na outra reportagem, um bebê escapa ileso de um acidente de graves proporções porque era conduzido com cinto e na indispensável cadeirinha", observa João Elisio.

Ele lembra ainda que, segundo especialistas, a cadeirinha, usada de modo correto, tem reduzido em até 71% o número de mortes em acidentes. Assim sendo, aconselha o presidente da CNSeg, o ideal é que os pais, na condição de passageiros, não fiquem com as crianças no colo. "Existem pesquisas que mostram que essa prática é também muito perigosa.

No site www.criancasegura.org.br você encontra as informações sobre o modo mais seguro de transportar crianças em veículos automotores. Não deixe de conferir", sugere. O blog "Viver Seguro no Trânsito" foi lançado dia 10 de novembro, às vésperas do "Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito", celebração criada pela ONU e feita anualmente no terceiro domingo de novembro.

João Elisio explica que o blog nasceu inspirado pela necessidade, emergente, de haver ampla mobilização social para combater os acidentes de trânsito. "É uma contribuição e um espaço aberto a sugestões, análises, opiniões, informações, debates, que ajudem na conscientização e na busca de soluções para pouparmos vidas e traumas", destaca. (Fonte: Segs.com.br - 11/01/010)

:: MICROSSEGURO

O projeto "Tô Seguro", de Educação do Consumidor de Microseguro, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), será iniciado este mês, no Rio de Janeiro, tendo como foco as populações de baixa renda das classes C e D. O projeto piloto será implantado na favela Santa Marta, em Botafogo, pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Complementar e Capitalização (CNSeg), parceira da OIT no Brasil, de acordo com o contrato firmado em dezembro passado pelas duas entidades. Por meio do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), a CNSeg irá verificar o perfil sócio-econômico da comunidade do Morro Dona Marta. A diretora executiva da confederação, Maria Elena Bidino, disse à Agência Brasil que será traçado o perfil dessa população, "de consumo, de renda, faixa etária e, depois, haverá uma avaliação com relação ao seguro. Até que ponto eles conhecem seguro, entendem, acreditam e qual é a necessidade que apresentam". Com base nessas informações, será elaborado um gerenciamento de risco de seguro, utilizando-se vários meios de comunicação, como teatro, novela de rádio, filmes de curta metragem, "sempre com o tema seguro e usando atores da própria comunidade". Ao final de cada apresentação, será feita avaliação referente à compreensão das pessoas sobre os temas abordados. A expectativa é beneficiar cerca de 6.300 pessoas que correspondem a

70% da população da comunidade do Santa Marta. Os trabalhos devem começar a ser apresentados na comunidade entre março e abril próximos. Maria Elena destacou que o projeto da OIT no Brasil é inédito no mundo e poderá servir de referência para outros países. Ele tem a duração de 13 meses e visa levar educação de gerenciamento de risco e de seguro à população de baixa renda. "É uma preocupação com a inclusão social, financeira e de seguros". "O objetivo é que isso possa ser absorvido pela indústria de seguros. Que as seguradoras se interessem e possam aplicar essa metodologia em outras regiões". Segundo Maria Elena, as empresas seguradoras estão entusiasmadas em oferecer seus produtos a essa faixa específica da população, tendo em vista que o governo deve lançar oficialmente o microsseguro este ano. Será feita uma avaliação em paralelo da comunidade Chapéu Mangueira, no Leme, com o objetivo de medir a receptividade da população ao microsseguro. "Vamos oferecer os produtos lá também e vamos ver a diferença com a venda no Santa Marta, para medir a eficácia dos meios de comunicação que serão adotados". O projeto está avaliado em US\$ 500 mil, dos quais US\$ 350 mil serão doados pela OIT. A CNSeg está buscando doações junto ao Banco Mundial (BIRD), para viabilizar a participação do setor privado. (Fonte: Agência Brasil - 11/01/10)

:: VGBL

VGBL ganha força no setor e fatia dos seguros gerais fica menor

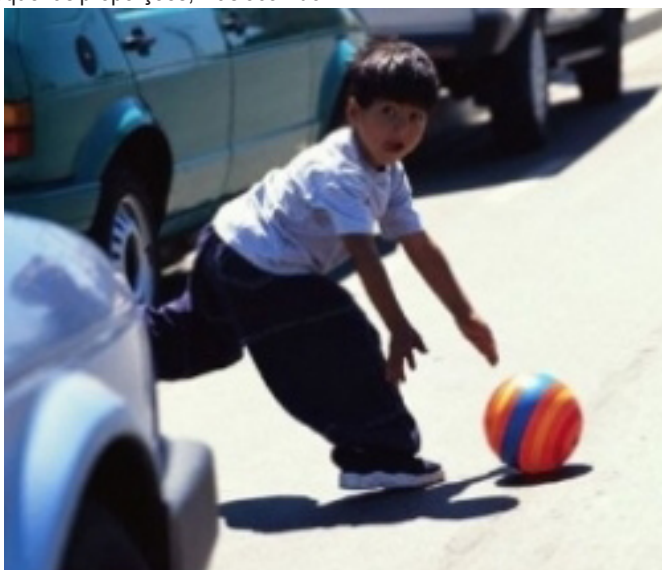
Levantamento feito pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), com base em dados oficiais da Susep, indica que a participação do VGBL na receita global do setor saltou de 27% para 30% entre novembro de 2008 e o mesmo mês, em 2009. No mesmo período, a fatia correspondente aos chamados seguros gerais - que incluem as carteiras de automóveis, riscos rurais, habitacionais, de crédito e de responsabilidades - caiu de 38,8% para 35,8%.

De acordo com o estudo, entre as principais carteiras, apenas o seguro de automóveis conseguiu

manter a mesma participação na receita total do setor, até com ligeiro acréscimo, de 18,4% para 18,6% do faturamento global.

A CNSeg apurou também queda do percentual referente ao segmento de previdência privada, cuja participação na receita recuou de 9% para 8,2% entre os dois períodos comparados.

Paradoxalmente, em termos de crescimento percentual do volume de prêmios, o incremento apurado no VGBL - 27% - empatou com o apurado na carteira de crédito e ficou abaixo de segmentos tais como o seguro rural (32%) e de riscos financeiros (48%). (Fonte: Segs.com.br - 11/01/010)





:: AUMENTO DE PREÇOS

Planos dizem que preços vão aumentar.

São procedimentos com custo elevado, diz diretora da Fenasaúde; entidade, porém, afirma que ainda não é possível definir reajuste. Diretor da ANS afirma que mudança não influenciará reajuste dos atuais planos; aumento, no entanto, poderá afetar novos clientes. A Fenasaúde, entidade que representa 32% do mercado de planos de saúde, afirmou ontem que haverá "com certeza" aumentos em razão da nova lista obrigatória de procedimentos definida pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). A entidade, porém, afirma que ainda não é possível calcular porcentagens. "São procedimentos com custo elevado", afirma Solange Mendes, diretora-executiva da Fenasaúde. Ela cita um tipo de marcapasso, que passou a fazer parte do novo rol de procedimentos obrigatórios, cujo preço chega a R\$ 90 mil. A Abramge, outra entidade que representa o setor, não comentou ontem a nova lista de procedimentos obrigatórios. Já a ANS não quis estimar o impacto das novas medidas no reajuste das mensalidades dos planos de saúde. Segundo Alfredo Cardoso, diretor de normas e habilitação de operadoras, isso dependerá da demanda dos usuários e das negociações entre operadoras, fornecedores e médicos. Ele afirmou, no entanto, que o próximo reajuste previsto não será influenciado pelas mudanças, já que elas entram em vigor somente em junho. Por lei, cabe à ANS divulgar o percentual máximo de aumento autorizado para os planos contratados após 1999. Essa di-

vulgação ocorre em abril ou maio, antes, portanto, das novas regras passarem a valer. Novos contratos A limitação do reajuste, no entanto, vale apenas para quem já possui plano, pois os contratos negociados pelas empresas com novos clientes não têm preços controlados. No ano passado, o reajuste autorizado pela ANS foi de 6,76%. "Deste percentual, apenas 1%, aproximadamente, foi consequência da ampliação do rol de procedimentos ocorrida em 2008. Mas não podemos prever qual será o impacto dessas novas medidas no reajuste que será divulgado no ano que vem", diz Cardoso. O secretário-executivo da ANS, Alfredo Scaff, disse acreditar que muitas operadoras não terão impacto significativo pois já incluíam esses procedimentos em seus planos, como forma de diferenciá-las dos concorrentes. Sobre o temor de que as novas medidas prejudiquem a qualidade do serviço, como chegou a afirmar a Associação Brasileira de Odontologia, para compensar o aumento nos custos, os diretores da ANS disseram que o risco é pequeno. "O médico e a operadora têm que zelar pela qualidade do atendimento ao paciente. Não acredito que bons profissionais aceitem fazer isso", afirma Cardoso, lembrando também que a ANS realiza periodicamente uma avaliação da qualidade das operadoras. A partir de agora, a ANS passará a divulgar a cada dois anos uma nova instrução normativa atualizando o rol de procedimentos a serem incluídos. (Fonte: Folha de São Paulo - 13/01/10)

:: RISCO NUCLEAR

Com prazo inicial que se esgotaria em dia 31 de dezembro passado, o IRB Brasil Re ganhou mais cinco anos para adequar-se ao regulamento da atividade de resseguro e retrocessão no caso específico do ramo de riscos nucleares, conforme estabelecido em resolução datada de dezembro de 2007. O novo prazo da estatal estende-se até 31 de dezembro de 2014. Nos riscos nucleares, considerando as coberturas de danos materiais e de responsabilidade civil relacionados à energia nuclear, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) estabelece normas próprias de cadastramento disciplinando a relação do mercado

interno com resseguradores eventuais e consórcios especializados em riscos nucleares, bem como o limite máximo de cessão de negócios a resseguradores eventuais. No mercado mundial existem pools de seguradoras especializadas em riscos nucleares, que aceitam e repassam riscos das usinas entre si. Os riscos das usinas Angra 1 e 2 são repassados pelo IRB para alguns desses pools. Em contrapartida, a resseguradora brasileira é obrigada a aceitar riscos de outras partes do planeta dentro do acordo de reciprocidade. O regulamento brasileiro estabelece que o ressegurador estrangeiro ou o consórcio, sediado

:: DPVAT

DPVAT poderá financiar hospitais que atendem vítimas de acidentes

Seguros Estados e municípios poderão conquistar parte dos recursos gerados pelo Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestres (DPVAT), que hoje tem 50% de sua arrecadação destinada exclusivamente ao Fundo Nacional de Saúde. Essa partilha foi proposta em projeto de lei (PLS 16/08) do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) e já conta com parecer pela aprovação, na forma de emenda, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria será votada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 16/08 altera a Lei nº 8.212/91, que trata da organização e institui plano de custeio da Seguridade Social, para dividir esses 50% da arrecadação do DPVAT entre o Fundo Nacional de Saúde e os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde. Embora tenha recomendado sua aprovação, o relator do projeto na comissão, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), modificou, por meio da Emenda nº 1-CAE, os percentuais de repasse definidos no texto original para cada um desses organismos. Assim, João Vicente Claudino propõe que 15% dos recursos sejam destinados ao Fundo Nacional de Saúde; 15%,

aos Fundos Estaduais; e 20%, aos Fundos Municipais de Saúde. O relator mantém em seu parecer, entretanto, a determinação contida no PLS 16/08 de aplicação dessas verbas exclusivamente no custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito. Ao analisar o PLS 16/08, o relator argumentou que, apesar de os serviços emergenciais estaduais e municipais de assistência a acidentados no trânsito enfrentarem sobrecarga, não são beneficiados pelos recursos do DPVAT vinculados a esse atendimento pela Lei nº 8.212/91. Assim, seria justa, no seu ponto de vista, a proposta de rateio de parte da arrecadação do seguro obrigatório, hoje repassada apenas à União. Marconi Perillo observou ainda, na justificação do projeto, que os recursos do DPVAT entram no Fundo Nacional de Saúde e acabam se misturando com os oriundos de outras fontes para custeio do Sistema Único de Saúde (SUS). O resultado disso é o desvirtuamento do financiamento originalmente proposto, fazendo com que o seguro obrigatório custeie serviços que não os de urgência dos hospitais públicos especializados no atendimento a vítimas de acidentes de trânsito. (Fonte: Segs.com.br - 12/01/10)

no exterior, cumpra uma série de exigências, como comprovação que subscreve riscos nucleares há mais de cinco anos, patrimônio líquido de US\$ 150 milhões e classificação de solvência, entre outras. Além disso, as seguradoras estão autorizadas a repassar para resseguradores eventuais até 100% do risco. Pelos dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), o ramo de riscos nucleares movimentou receita de prêmios de seguros de R\$ 8,7 milhões de janeiro a novembro, 54% acima dos R\$ 5,6 milhões registrados em igual período de 2008. HABITACIONAL. Em outra medida, o governo deu prazo até domingo para que as seguradoras entreguem à administra-

dora do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) os documentos não processados do seguro habitacional, contratados dentro do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

O mesmo deve ser feito, por meio magnético, em relação aos registros, datados até 31 de dezembro do ano passado, das operações ativas de contratos de financiamento averbados na apólice de seguro e também aqueles relativos a sinistros pagos ou avisados pelos estipulantes. A exigência deve-se à extinção, pelo governo, do seguro habitacional, nos financiamentos da casa própria concedidos no âmbito do SFH, através da Medida Provisória 478/09. (Fonte: Segs.com.br - 12/01/10)

